

“Decisões governamentais são resquícios do republicanismo primitivo”, diz bispo emérito de Braga

Eurico Dias Nogueira arrasa comemorações do centenário da República

EMÍLIA MONTEIRO

O arcebispo recordou o convite que recebeu para a inauguração de uma estátua de Bernardino Machado, em Vila Nova de Famalicão, a terra natal do antigo Presidente da República. “Rejeitei o convite por não querer estar presente na homenagem promovida a um corifeu do regime daquela época, que ajudou a perseguir os meus antepassados.”

LUIS RAMOSARQUIVO



Estão a causar algum mal-estar as declarações proferidas pelo arcebispo emérito da diocese de Braga, Eurico Dias Nogueira, sobre a comissão encarregada pelo Governo de lançar ideias para as comemorações do centenário da implantação da República, em 5 de Outubro de 2010.

O antigo arcebispo bracarense disse mesmo que a Comissão de Projectos para as Comemorações do Centenário da República “não merece qualquer confiança, apesar de todos reconhecerem a capacidade científica dos elementos que a compõem” — presidida pelo constitucionalista Vital Moreira, a comissão é integrada

pelo historiador Joaquim Romero de Magalhães, o presidente da editora discográfica EMI, David Ferreira, pelos escritores Francisco José Viegas e Inês Pedrosa e ainda por Madalena Torres (uma das responsáveis pela promoção do Euro 2004).

Contactada pelo PÚBLICO, Inês Pedrosa ficou “surpreendida” com as afirmações do prelado. “As opiniões são livres e os disparates também”, referiu a escritora. Vital Moreira, o presidente da comissão, esteve sempre indisponível para falar ao PÚBLICO.

Eurico Dias Nogueira, apesar de jubilado, continua a ser uma das vozes mais ouvidas e respeitadas no seio da Igreja Católica e, até ao momento, ainda ninguém da hierarquia católica contestou as declarações proferidas na apresentação, em Barcelos, do livro D. António Barroso e a Primeira República, da autoria do padre Adílio Macedo.

Na longa intervenção que fez sobre as relações entre a República e a Igreja, o arcebispo emérito referiu ainda que algumas “decisões governamentais são consideradas por sectores da Igreja Católica como resquícios do republicanismo primitivo”.

“A Igreja deve perdoar, mas não deve esquecer os factos da história”, prosseguiu, apelando ao perdão dos católicos.

A comissão, que vai trabalhar directamente com a Presidência do Conselho de Ministros, tem por função, de acordo com a resolução do Conselho de Ministros, pensar em vários cenários de comemorações para depois apresentar diversos projectos que, posteriormente, a comissão definitiva irá ou não aprovar.

Durante os seis meses de trabalho da comissão, deverá ser promovida uma reflexão pública que passe pela criação de oportunidades de visitar a história e os valores da República.

Deve ainda, de acordo com a mesma resolução, apresentar recomendações sobre o programa das comemorações, o modelo organizativo do evento e os recursos a afectar às comemorações.

A esta primeira comissão, o arcebispo pede para que, na festa e nos discursos que serão proferidos daqui a cinco anos, haja “rigor histórico, vitando-se o facciosismo”. Concretamente sobre a Primeira República, o arcebispo considerou-

PÚBLICO 01-12-2005

a como “a degradação de uma sociedade”, criticando “os heróis que se julgavam os representantes da vontade popular, mas que nunca procederam a uma consulta nacional”.

Entre as muitas histórias recordadas, o arcebispo recordou o convite que recebeu para a inauguração de uma estátua de Bernardino Machado, em Vila Nova de Famalicão, a terra natal do antigo Presidente da República. “Rejeitei o convite por não querer estar presente na homenagem promovida a um corifeu do regime daquela época, que ajudou a perseguir os meus antepassados.”

“Não estou contra a República actual”, sustentou o arcebispo emérito de Braga, recordando o sacrifício de alguns bispos nortenhos, destituídos das suas funções eclesiásticas por decreto “da República”. ■